

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO – RIO DE JANEIRO

REF: PREGÃO ELETRÔNICO 193/2022

Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.680.592/0001-51, por intermédio de seu sócio proprietário Sr. José Felipe Belotto Pelozzo, portador do RG sob nº 13.180.150-5/SSP-PR, inscrito no CPF sob nº 064.890.839-90, vem mui respeitosamente, com fulcro no art. 41 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 e Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, propor:

#### RECURSO

em desfavor do produto ofertado pela empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com cadastro no CNPJ sob n.º 20.444.829/0001-90, declarada vencedora do item 02, licitante do Pregão Eletrônico 193/2022, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

#### I – DA TEMPESTIVIDADE

A Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, por intermédio de seu representante Sr. José Felipe Belotto Pelozzo, manifesta de forma TEMPESTIVA o presente Recurso Administrativo, referente ao item 02, do Pregão Eletrônico 193/2022.

18.2 - Será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis, para o encaminhamento, por meio do sistema eletrônico, das razões do recurso, ficando as demais licitantes, após a apresentação das razões, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, também via sistema, contado do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

Diante do exposto, manifesta-se que o prazo de apresentação das razões ao recurso é tempestivo, portanto, pugna-se pelo o recebimento do presente.

#### II – DOS FATOS

A Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, interpõe o presente Recurso referente ao item 02 do Pregão Eletrônico 193/2022, contra a Decisão proferida pelo Sr. Pregoeiro, nos termos das razões a seguir aduzidas que classificou a empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA.

Trata-se de Licitação Pública na modalidade Pregão Eletrônico sob nº 193/2022, para fornecimento de equipamentos e materiais permanentes, item 02, tipo menor preço, conforme consta no chamamento público.

Monitor multiparâmetro - tela de LCD de \*15 polegadas\*. Portátil. Parâmetros Configuráveis: ECG Respiração, Oximetria (SpO2), Capnografia (CO2), Pressão Invasiva (PI), Pressão não invasiva (PNI) e Débito Cardíaco e suportes.

A abertura da disputa de preços do Pregão Eletrônico se deu em 16 de novembro de 2022, às 10 horas. Após, o pregoeiro declarou a licitante CMED DISTRIBUIDORA LTDA vencedora do item 02 do certame por ter ofertado, Monitor de sinais vitais marca Contec, modelo CMS9000.

Quanto da declaração do licitante vencedor, o sistema automaticamente abriu o prazo editalício para manifestação das intenções recursais, prazo esse cumprido pela ora Recorrente, sob as alegações a seguir expostas.

A empresa Brasil Devices Equipamentos Hospitalares EIRELI, em diante denominada Recorrente, vem respeitosamente perante ao Município de Nova Friburgo - RJ, por seu representante legal, opor-se à Decisão do Sr. Pregoeiro, face à classificação da empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA, no item 02 do certame 193/2022.

Com base nos fatos narrados, a Recorrente demonstrará técnica e juridicamente que a decisão do Sr. Pregoeiro deverá ser reformada.

#### III – DO DIREITO

Avaliando a documentação apresentada pelas Recorridas, verifica-se que não é possível ofertar o equipamento cadastrado na presente licitação, pois o equipamento ofertado não possui tela de 15 polegadas, sendo assim desatendendo a especificação e cadastramento do equipamento junto ao presente certame, senão vejamos.

Informamos que ao analisarmos o manual do equipamento ofertado pela concorrente CMED DISTRIBUIDORA LTDA, trata-se de um monitor que possui tela de 12.1" (polegadas), ou seja, desatende o solicitado pelo edital, tal informação pode-se confirmar no site:

<https://www.medcleanprodutohospitalar.com.br/monitor-multiparametrico-contec-cms-9000-ecg-resp-pani-spo2-e-temp-canal-duplo.html>.

Também pode ser confirmado através do manual do usuário encontrado junto ao registro da ANVISA sob nº

80298970173, mais especificamente no manual do usuário, pág. 137,  
link: file:///C:/Users/User/Downloads/MANUAL%20DO%20USU%C3%81RIO%20-%20CMS%209000.PDF.

Assim resta comprovado que o produto ofertado pela concorrente do item 02 está em desconformidade com o edital, vez que provavelmente não entregará os equipamentos ofertados nas condições exigidas, pois não se trata de monitor de 15 polegadas.

Em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, a recorrente requer a desclassificação da licitante CMED DISTRIBUIDORA LTDA do item 02, vez que não pode a Administração Pública fixar no edital a forma e o modo de participação e no decorrer do procedimento afastar-se do estabelecido.

Portanto, o modelo de equipamento apresentado pela empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA, não deverá ser entregue tendo em vista o valor ofertado, pelos fatos e fundamentos supramencionados.

#### IV - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA EMPRESA CMED DISTRIBUIDORA LTDA DO PRESENTE CERTAME

Vê-se, portanto, que a proposta comercial da empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA foi apresentada em evidente desacordo com as prescrições editalícias. Assim sendo, resta evidente que as propostas das empresas contestadas merecem sofrer obrigatória desclassificação no presente certame face ao claro descumprimento da mesma às exigências do edital norteador desta licitação, sob pena de violação inquestionável aos princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, sob os quais deve pautar-se todo e qualquer procedimento licitatório.

Vejamos o que prescreve o art. 43 da Lei de 8.666/93, in verbis:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

...

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital; ..."

Assim, utilizar-se de outros critérios ou modificar os já existentes implicaria em integral afronta ao imperioso princípio do julgamento objetivo.

Vejamos, então, o que diz o Professor Toshio Mukai, in O novo estatuto jurídico das licitações e contratos administrativos, p. 22.

"O princípio do julgamento objetivo exige que os critérios de apreciação venham prefixados, de modo objetivo, no instrumento convocatório, de tal modo que a comissão de julgamento reduza ao mínimo possível seu subjetivismo."

Nesse mesmo diapasão, vejamos o entendimento de Roberto Ribeiro Bazzili e Sandra Julien Miranda, in Licitação à Luz do Direito Positivo, p.56, ao dissertar sobre o julgamento objetivo nas licitações:

"Finalmente, para a plena efetivação do princípio em comento o julgamento deve ser realizado com observância dos fatores exclusivamente previstos no ato convocatório. Não basta, pois, a fixação do critério de julgamento; é preciso, ainda, que sejam previstos os fatores que serão considerados no julgamento, ajustados aos fins almejados pela Administração Pública. Na atual Lei 8.666, de 1993, estes não estão elencados, devendo, pois, ser fixados no ato convocatório. Contudo, uma vez estipulados no ato convocatório, o julgamento dar-se-á unicamente de acordo com eles."

Como visto, o julgamento das propostas não pode dissociar-se, em momento algum, dos critérios objetivos estabelecidos no edital, sob pena de desviar-se do julgamento objetivo.

Ora, o que almeja a empresa ora Recorrente é que este Ilmo. Pregoeiro realize julgamento das propostas em conformidade com os ditames editalícios, ou seja, requer a recorrente que este o Pregoeiro baseie sua decisão de acordo com os preceitos e condições constantes no ato convocatório desta licitação.

É neste tocante que incide precisamente o princípio da vinculação ao edital, o qual deve nortear todo e qualquer procedimento licitatório, conforme preconiza o art. 3º da Lei de Licitações. Os mesmos princípios foram contemplados no art. 5º do Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, que aprovou o regulamento federal para a modalidade de licitação denominada Pregão na forma Eletrônica, como se vê in verbis:

"Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade."

Assim, por esses princípios, a Administração Pública (por meio do Pregoeiro e da Comissão de Licitação) e participantes do certame devem pautar as suas ações pelos termos do instrumento convocatório, ou seja, não podem agir, sob pena de violação à legislação vigente, nem além nem aquém do estabelecido no ato convocatório.

Aliás, uma faceta desse princípio encontra-se prevista no art. 41 da Lei de Licitações, ao prever que a Administração não pode deixar de atender às normas e condições do edital, posto achar-se plenamente vinculada ao mesmo. Vejamos:

"Art 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"

CELSON ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO, em seu festejado Curso de Direito Administrativo, ratifica in totum esse posicionamento legal, ao asseverar que:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras

que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame ...” .

Nessa linha de raciocínio, admitir que a Administração não se obrigue a cumprir com o que está explicitamente disposto no edital, significa, em outras palavras, desrespeitar ou fulminar claramente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A propósito, qualquer valoração, além do expressamente disposto no edital, importará na maculação ao referenciado princípio do julgamento objetivo, atribuindo-lhe conotação flagrantemente subjetiva.

Assim sendo, conforme a farta demonstração acima delineada, torna-se imperiosa a desclassificação da empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA no presente certame, face a comprovação do não atendimento de suas propostas aos termos do edital, sob pena de violação aos referenciados princípios da vinculação ao edital e do julgamento objetivo, bem como pelo fato dos equipamentos não atenderem as prescrições editalícias, ofertando equipamentos inferiores ao que espera a administração pública.

#### V – DO ENCAMINHAMENTO A JUNTA DE RECURSOS

Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

“Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

...

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.”

Caso não seja encaminhado o presente recurso a junta examinadora, o presente recurso poderá ser encaminhado as autoridades fiscalizadoras competentes.

#### VI – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que esse ilustre Pregoeiro se digne:

- a. O recebimento do presente recurso, tendo em vista que o prazo de razões ao recurso é tempestivo;
- b. Não obstante a Recorrente admita a competência e notório saber jurídico do Senhor Pregoeiro bem como da Equipe Técnica, data venia, a Decisão deverá ser reformada, procedendo à desclassificação da licitante CMED DISTRIBUIDORA LTDA no item 02 tendo em vista as desconformidades apresentadas;
- c. Seja dado provimento ao presente Recurso, pela Comissão de Licitação, a fim de promover a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa CMED DISTRIBUIDORA LTDA, por ser um princípio de justiça;
- d. Subsidiariamente, caso a decisão recorrida não seja reformada, remeta o presente Recurso à apreciação da autoridade competente, nos termos do Art. 109, § 4º, da Lei 8.666/93.

Termos em que, pede deferimento.

Pinhais, 30 de novembro de 2022.

**Fechar**